

## ANÁLISE, LINGUAGEM E JOGOS DE FALA

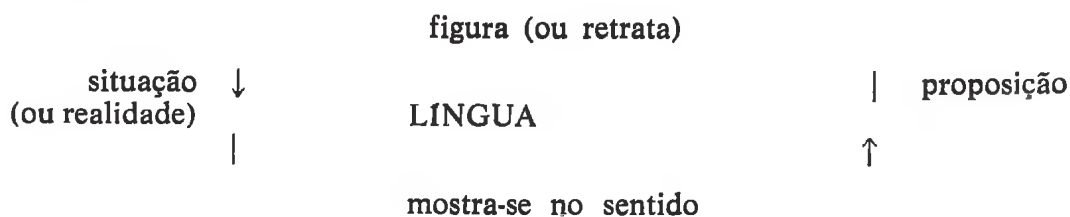
Tullio Maranhão

Nas *Investigações Filosóficas*, daqui em diante IF, L. Wittgenstein aprofunda sua crítica do *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLF) (IF. 23, 97. 114) que já se esboçara nos trabalhos intermediários, como nos *Blue and Brown Books* (BBB, p. 31). Todavia, cabe indagar se as IF são o oposto do TLF. Esta indagação deve submeter-se a qualificações *ad hoc*, de acordo com os temas centrais de um e outro livros. Cada um deles contém uma teoria semântica ímpar. Naquilo que diz respeito à relação da linguagem com o mundo, as hipóteses são diferentes, e além disso as IF examinam vários outros aspectos desta relação que não são abordados no TLF. O TLF apresenta uma teoria solipsista (5.6 a 5.641) frontalmente atacada nas IF (38, 398, 404, etc.). Da crítica ao solipsismo, Wittgenstein parte para a destruição do argumento em favor da existência de linguagens privadas (IF, 269 a 275). A crítica do solipsismo, no entanto, não nasce de uma oposição direta e diametral às teses do TLF, que se tornaram difundidas através das interpretações extremadas de Schlick e Carnap.

Há um aspecto em que o TLF e as IF diferem sem se contraditarem, que é a questão do método de interpretação, ou numa palavra, a questão da hermenêutica. No TLF, o hermeneuta é um sujeito passivo examinando um objeto passivo: O modo de exame é o que Wittgenstein chama de *análise* (2.0201, 3.201, 3.25, 3.26, 3.261). Não ficamos sabendo como este sujeito se relaciona a este objeto, mas apenas que, uma vez estabelecido o conúbio, ou galgado o objeto até o topo, resta-lhe jogar fora a fugidia escada em que subiu, descoberta agora *a posteriori* como a essência daquela relação, mas uma essência que não pode ser, uma essência ilusória. A escada é identificada com o próprio TLF (6.54). Nas IF, por outro lado, a língua passa a ter um papel mais dinâmico, o hermeneuta construindo a cada passo seu objeto, o que de resto é a tarefa em que se encontram ocupados todos os demais usuários daquela língua. Trata-se aqui de “jogos” (IF, 71, 23, etc.) e não de “análise”. Enquanto no TLF a língua retrata o mundo e é parte dele ao mesmo tempo, nas IF o mundo é constituído por ações e estas, representadas pela imagem de “jogos”

Para o jovem Wittgenstein, a língua é um sistema holístico autônomo e a questão a saber é qual é a natureza da cola que liga as palavras da língua aos objetos do mundo. Para o Wittgenstein da maturidade, o que há são jogos, convenções, a própria língua sendo uma das ferramentas que utilizamos nestes jogos e, portanto, os tipos de colas que utilizamos são infindáveis.

A tese do TLF é que uma proposição figura (ou retrata) uma situação (ou realidade), ao passo que esta se mostra no sentido da proposição (TLF, 4.022). Observe-se esta tese, em suma, no seguinte diagrama:



A língua é a totalidade das proposições (4.001). Wittgenstein então começa por distinguir a nossa língua natural corrente (4.002), composta de significados e sons, da língua como aplicação da crítica filosófica à nossa linguagem corrente (4.003), isto é, a língua enquanto forma de pensamento ou estrutura lógica. A sintaxe lógica da língua, conforme nos ensinam os lingüistas, Wittgenstein nos mostra, é muito diferente da forma lógica de figuração (4.014). (1) A língua definida por Wittgenstein é a língua contida na lógica da figuração (4.015) e é um sistema fechado (4.5, 5.561).

Uma das principais tarefas que Wittgenstein defronta no TLF é definir análise. Ali, a estrutura lógica da proposição secunda a estrutura lógica do mundo. Como Janik e Toulmin indicam, trata-se de um projeto semelhante ao de Hertz, que explicava como a mecânica newtoniana, além de constituir-se num sistema impecável de axiomas e deduções, impecavelmente descrevia o mundo da natureza (1973: 180). A epistemologia vienense do período é sem dúvida alguma o culto do purismo despojado, a insurgência contra o ornamento, a ambigüidade, etc. (cf. Merquior, 1980: 31; Janik e Toulmin, 1973. 152). Assim, a forma lógica e seu emprego se equacionam (3.344, 3.3441).

Uma proposição elementar se constitui de elementos simples. Estes, por sua vez, correspondem a objetos do pensamento. Decompor uma proposição em seus signos simples é analisá-la (3.201). O que

---

(1) — Os lingüistas ainda não ensinavam isto em 1921, mas Wittgenstein já mostra as diferenças usando expressões, no entanto, que dada a popularidade do jargão lingüístico hoje podem causar confusão, tais como “sintaxe lógica” “gramática profunda,” “regras gramaticais,” etc.

existe na realidade é uma hierarquia que vai dos signos primitivos aos complexos, das proposições elementares às complexas, e a análise não é outra coisa senão a passagem de um degrau para o outro nesta hierarquia.

Nas IF, um conceito assaz diferente de análise é invocado. Agora, a análise não é mais a dissecação anatômica da proposição, mas a substituição de uma proposição por outra (IF, 90). As duas posições diferentes no entanto não se contraditam, pois a substituição de sentenças umas por outras em paráfrases, embora revele uma infinidade de nuances que ficam encobertas na análise como anatomia da proposição, não exclui a possibilidade de os simples e os complexos se encaixarem ainda hierarquicamente. O que ocorre é que na análise como paráfrase a hierarquia do simples ao complexo deixa de ser o fator preponderante. Análise, além disso, deixa de chamar-se análise e passa a ser jogos.

A filosofia pós-TLF pode ser encarada como neurose, maldição, ou como terapia, bênção. Não cabe mais estender o elástico da língua para fazer metafísica, porque nunca se alcança qualquer território além da língua. Kant dera o primeiro golpe na metafísica, exibindo os limites da razão. O TLF é o golpe de misericórdia, traçando os limites da língua, mostrando como ela é bem-comportada. Insistir em extrair ilações transcendentais da própria língua é uma neurose. E, no entanto, é isto que o filósofo tem de fazer com o objetivo de libertar-se da língua, embora nunca o consiga. Daí o caráter maldito desta constatação.

A linguística pós-estruturalista apressou-se a definir todos os átomos da gramática e escapar ao sistema do TLF, incômodo e maldito na medida em que aprofunda o sentido destes átomos para um universo às vezes impenetrável pelo formalismo elegante dos gramáticos. Uma expressão como “o aroma do café”, por exemplo, não pode ser mais apenas uma locução nominal capaz de assentar no espaço lógico de sujeito ou de objeto, mas algo indefinível em termos de elementos simples. Descrever o aroma do café na ausência do próprio seria como tentar explicar o mar a um mineiro.

O realismo conceptual fregeano está presente no TLF, banindo qualquer recurso à intuição psicológica. Contudo, traços de jogos de linguagem emergem camuflados em noções tais como “projeção” (3.11), “pensar uma proposição” (3.5 a 3.54), etc. Esta repressão à psicologia, de inspiração fregeana, também confere um caráter sombrio e místico a certos aforismas do TLF. já que tudo há de ser explicado dentro da estrutura lógica da língua.

O estudo dos mecanismos da língua para Wittgenstein é o estudo dos processos de pensamento dos filósofos metafísicos (4.1121). Ele

tenta trancafiar os problemas do conhecimento no quarto da necessidade lógica. A verdade não depende de como as coisas acontecem no mundo e muito menos do consenso a que as pessoas cheguem a respeito do que é verdade. Todavia, cedo ou tarde, a verdade escapole daquele quarto da necessidade lógica porque é apenas no pensamento que os signos se transformam em símbolos. Pensamento e língua são o mesmo (NB, p. 82) e não há ligação entre língua e realidade (WWK, p. 229). Eis aí o que alguns chamam de caráter terapêutico da filosofia do TLF (cf. Wisdom, 1957).

A semântica do TLF é extremamente elementar. Divide-se basicamente em duas categorias: conectivos e referencialidade. Em IF, Wittgenstein empregará a noção de “jogos de linguagem” entre outras coisas para designar as diferentes categorias de significação que existem na língua, e elas serão inumeráveis. A transição de seu pensamento se dá em *Philosophische Bemerkungen* (PB), onde ele amplia a referencialidade para abranger fenômenos de gradação como tonalidade, ondas, numeração, espectro de cores, etc. (PB, 3). Mas em PB, “vermelho” ainda será apenas um valor que preenche a variável “cor”, pois Wittgenstein ainda está pelejando para preservar a distinção entre mostrar e dizer, constitutiva dos alicerces do TLF. Outro aspecto desta transição encontra-se no fato que nas “Wittgenstein’s Lectures in 1930-31” (WL) distinguem-se três tipos de proposições: “genuínas”, “hipóteses” e “proposições matemáticas”. As primeiras são as verificáveis da semântica referencial do TLF. As hipóteses não são diretamente verificáveis, nem falsas nem verdadeiras como as genuínas, mas substanciam-se em proposições que as suportam, estas, sim, diretamente verificáveis, às quais Wittgenstein chama “sintomas”. As proposições matemáticas são os critérios que as definem, são essencialmente convencionais e construídas portanto.

O problema da referencialidade em Frege é resolvido pela incorporação da cópula ao objeto da sentença que assim passa a significar através do sentido. O TLF, em seu vasto espectro de inclinações fregeanas, incorpora esta solução para a questão da referência de um objeto seguindo um verbo de ligação. Com isto salvam-se as aparências e a língua permanece como um espelho da realidade. Todavia, a solução wittgensteiniana não se reduz inteiramente à solução encontrada por Frege, pois no TLF a estrutura do mundo não pode ser dita, ela só pode ser mostrada. Nas IF ela já não pode ser sequer mostrada, pois o que parecia mostrar-se no TLF agora tornou-se uma ilusão (IF 110, 96).

Vejam os parentescos de Wittgenstein com Frege, examinando o caso da referência numa proposição com cópula. Para Frege, numa proposição “X é A”, “X” é um valor que preenche a função “é A”

O sujeito é um objeto e o predicado, um conceito. Frege encontra a questão do sentido *versus* referência ao tentar resolver o problema da identidade para fundar a lógica matemática ontologicamente. Como explicar que a igualdade em “ $a=a$ ” tem o mesmo valor que “ $a=b$ ”? A solução de Frege está em que “ $a$ ” denota (ou refere) o mesmo objeto que “ $b$ ”, enquanto apresenta um sentido diferente. “Estrela da manhã” e “Estrela vésper” têm sentidos diferentes embora se refiram ao mesmo corpo celeste. Portanto teremos casos de identidade de sentido (“ $a=a$ ”) e casos de identidade de referência (“ $a=b$ ”). Numa língua encontrar-se-ão signos desprovidos de referência, como “centauro”, e signos desprovidos de sentido, como os nomes. Todavia, na teoria frageana, o sentido é em grande parte responsável pelo delineamento do objeto. Em outras palavras, os signos captam referência através de seu sentido. Além disso, as sentenças são verdadeiras ou falsas ao nível exclusivo de sua denotação apenas para se diferenciarem em seguida, ambas as falsas e as verdadeiras, através da singularização que seus sentidos específicos lhes atribuem.

Esta distinção entre sentido e referência ou denotação desempenhou o papel fundamental no surgimento da filosofia da linguagem. Não cabe aqui estender-me quer sobre as idéias de Frege, quer sobre as de Russell, de maneira que saltando sobre uma vasta área de reflexões, direi apenas que Wittgenstein começou a montar sua noção de análise como uma marreta para demolir a noção de sentido de Frege, mas obedecendo aos mesmos parâmetros traçados pelo filósofo alemão em suas separações de língua e pensamento. Nas IF, (79), Wittgenstein atacará frontalmente a noção de sentido de Frege, embora num esforço nem tanto eficaz, já que na teoria de Frege, quando se diz “Aristóteles” isto não significa que já se tenha um certo sentido *a priori* de “Aristóteles” em mente. De qualquer maneira, Wittgenstein irá concentrar sua artilharia bem sobre esta noção de sentido, partindo daí para o ataque à asserção (IF, 22). No TLF isto é feito com a arma da análise; nas IF com os jogos.

No TLF, “Rosa é rosa” (trad. de Giannotti, 1968 — 3.323), em que “Rosa” é um nome próprio e o segundo “rosa” um adjetivo, ambos são encarados como símbolos diferentes, além de significados ou denotações diferentes. Nas IF, “Mr. Scot is not a Scot” (p. 176), o primeiro um substantivo próprio e o segundo um substantivo comum, reflete dois modos de uso diferente, mas não necessariamente dois pensamentos, como em Frege. Wittgenstein sugere que repitamos a frase pensando em “Mr. Scot” como substantivo comum e em “Scot” como substantivo próprio. Para o locutor faz diferença, mas para o interlocutor dá na mesma. Quando o locutor enuncia esta frase normalmente, não ocorre em seu pensamento nada equivalente à desintegração que ocorre quando ele a enuncia invertendo as categorias gra-

maticais do sujeito e do objeto. A diferença está em que no TLF o significado é alcançado pela análise dos elementos, decompondo-se os complexos em simples. Portanto, a apreensão do significado e a compreensão são um único ato. É como se a proposição “Isto é uma laranja” fosse ao mesmo tempo uma proposição e uma definição ostensiva, o que equivale a dizer que a língua falaria sobre o mundo e sobre si mesma simultaneamente, língua e metalíngua na mesma estrutura de superfície, o que obviamente é uma suposição falsa. De “Rosa é rosa” para “Mr. Scot is not a Scot”, Wittgenstein se liberta do emaranhado adstrito à forma de superfície e entrevê que a lógica da gramática palmilha um terreno diferente daquele percorrido pela lógica do pensamento, mas que esta última não é irrelevante para aquela.

Em 4.11 Wittgenstein escreve que “A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência da natureza” e em 6.53 afirma que apenas as proposições das ciências da natureza podem ser ditas e a filosofia só deve procurar dizer o que pode ser dito. Pode-se concluir daí que as proposições falsas não podem ser ditas? Obviamente não. Sabemos que é possível dizerem-se proposições absurdas (*Unsinn*) (4.003) e proposições vazias de sentido (*Sinnlos*) (5.132). (2) Mas e as proposições falsas? Em 4.01 ficamos sabendo que “A proposição é a figuração da realidade”. Mas uma figuração representa independentemente de seu valor verdade (2.22). Conseqüentemente, o que a figuração representa é o sentido (2.221), *fregeamente*. Pode-se concluir, portanto, que não apenas se dizem as proposições absurdas e as vazias de sentido, mas as falsas também. As proposições podem ser ditas com adulterações de sentido e de referência. Wittgenstein quer remediar os dois problemas com uma única solução: a técnica de análise que propõe. Esta é a tarefa da filosofia, clarificar as proposições, mas a filosofia não contém proposições próprias.

“Compreender uma proposição é saber o que ocorre, caso ela seja verdadeira” (4.024). Vê-se desde logo que se trata de conhecer o sentido, como em Frege, que medeia entre o objeto e o signo linguístico. Mas será este sentido o mesmo de Frege? Wittgenstein pisa e repisa, amassa e esgarça a noção de sentido, e acrescenta: “É possível dizer diretamente: ‘esta proposição representa esta ou aquela situação’ em vez de ‘esta proposição tem este ou aquele sentido’” (4.031). (3) O que une o sentido de uma proposição e a situação por ela figurada ou retratada é a forma lógica (2.18). As proposições de-

---

(2) — Sigo aqui a tradução de Giannotti, 1968, de ‘proposição absurda’ para *Unsinn* (“nonsense”) e ‘proposição vazia de sentido’ para *Sinnlos* (“senseless”).

(3) — Adotei as aspas simples na citação, ausentes na tradução de Giannotti e no original em alemão, mas utilizadas na tradução inglesa.



olhar-se para o jogo que foi jogado ao invés da experiência (IF, 654 a 656), assim como é preferível dizer-se: “Este jogo assim, assim foi jogado” a “Aconteceu isto assim, assim”

Como se vê, o conceito de “jogo de linguagem” é empregado de diversas maneiras nas IF, o que acarreta uma certa ambigüidade em sua definição. Em primeiro lugar, a gramática equaciona-se ora com a língua inteira, ora com um específico jogo de linguagem. Em segundo lugar, há jogos que não são necessariamente disposições gramaticais. Segundo Hacker, os jogos de linguagem são os seguintes: formas primitivas de linguagem, a totalidade da língua e um fragmento da língua ou da atividade lingüística (1972: 261).

Os jogos entram em cheio na discussão da língua privada; um determinado jogo poderá ser usado privadamente, podendo-se inclusive divisar um jogo todo especial para uso privado, o que não chega a ser suficiente para assinalar a possibilidade de existência de uma língua privada (IF. 243). O segundo argumento é que o caráter coletivo da língua é o que lhe confere articulação e uma língua privada seria inarticulada (IF. 261).

Justamente com a questão do solipsismo há um outro problema: o da forma gramatical. No início Wittgenstein pensa que não se pode dizer “Sinto a sua dor de dentes” porque a lógica da gramática não deixa. Mas ela não deixa neste nível, de sentenças simples, mas posso dizer, “Eu sei o que é isso”, ou “Eu já tive uma dor de dentes idêntica à sua”, ou ainda, “Sinto correr nas minhas, o sangue das tuas veias” Nas IF Wittgenstein corrige o rumo de seu barco com relação ao solipsismo (IF. 402). Ali, os jogos desdobram-se em muitos outros jogos e o que pode ser dito através destes jogos torna-se amplo, ilimitado. Vale lembrar que podemos dizer também “Estou com dor de dentes” “Eu também estou com dor de dentes” de maneira que as duas pessoas partilham esta entidade comum, dor de dentes. Não obstante, a crença de que a forma lógica das sentenças esgota os limites das possibilidades do dizer continua a figurar no trabalho de Wittgenstein até o fim. Em BBB, por exemplo, pp. 66-7, ““Tem certeza de que é você que tem dores?” é absurdo.” A forma lógica permanecerá como a argamassa que une o signo ao objeto por todas as IF e até o fim em *On Certainty*.

No TLF Wittgenstein esquadrinha a ligação da língua com o mundo. Nas IF, a pragmática que se realiza entre a língua e seu usuário. Este novo prisma leva-o a defrontar a questão da língua privada. Em sua arenga com o solipsista, Wittgenstein deixa claro que ele só consegue conceber uma língua privada porque já possui as ferramentas básicas que são públicas — os conceitos preliminares (IF. 30, 31).



Existe uma grande diferença entre adquirir-se uma segunda língua e aprender-se a língua materna. No segundo caso, o conhecimento dos objetos do mundo se desenvolve imbricadamente com o crescimento dos símbolos lingüísticos da criança. No primeiro caso, o substrato já está formado. É por isso que Wittgenstein malha a teoria de Santo Agostinho sobre a origem da língua (IF, 1, 2, 3 e BBB, p. 77). É uma teoria em que a aquisição da língua materna é entrevista como aprendizagem de uma língua estrangeira.

Não se usam palavras apenas como substitutos para objetos ausentes. Muito mais importante do que a função referencial é a função indexante das palavras (cf. nota 5), como Jakobson em geral (1951) e Silverstein em particular (1976) tão argutamente demonstraram, pois não há referência que não esteja contida numa certa relação entre o locutor e a coisa referida. O solapamento da indexação em detrimento da referenciabilidade é o grande erro da teoria Agostiniana, do TLF e da moderna lingüística gerativa transformacional. Com efeito, referência outra coisa não é senão uma instância de indexação entre várias outras como a dêixis, a metáfora, a metonímia, a anáfora, os processos de indexação gramatical como tempo, modo e aspecto do verbo, voz passiva, elipses, proposições, etc. “Falar uma língua”, afinal de contas, “é parte de uma atividade, de uma forma de vida.” (IF, 23). Um locutor que bate no peito e exclama: “Ninguém mais pode ter *esta dor!*” apenas declara o óbvio e portanto expressa um absurdo, já que a dor indexada pelo demonstrativo “esta” tem sua identificação totalmente dependente da combinação dos gestos de bater no peito e dizer “esta” do locutor. (IF. 253). Não obstante, a noção categorial de dor não se deixa apossar nunca pela rede da dependência à identificação do locutor. A língua é isto, um sistema referencial no sentido mais amplo, extensão ou instanciação do sistema de indexação no sentido mais amplo. Supor que aqueles que falam uma língua dizem o que querem é um erro; supor que dizem o que não querem é outro.

No TLF, a determinação do sentido de uma sentença é alcançada através da análise de seus componentes em tábuas de função verdade. Nas IF é o critério de aplicação da sentença, de seu uso, o que determinará o sentido. Assim, pode-se dizer que no contexto do TLF. “a água passa e a areia fica” significa que a água passa e a areia fica se (a água)(V) (passa)(V) (e)(V) (a areia)(V) (fica)(V) (o vê entre parêntesis indicando “verdade) é verdadeiro. Nas IF entre um mestre de obras e seu ajudante, “Passe-me a tábua!”, “Tábua!”, Faz favor de me trazer uma tábua” um gesto indicando tábua, etc. são diferentes alinhamentos do mesmo jogo de pedir uma tábua que não depende tanto da análise dos elementos verdade das sentenças como do acordo a respeito de sua convenção.

Não obstante, critério e sintoma podem confundir-se eventualmente, na medida que não sabemos se o que nos levou a aprender o significado de uma sentença foi nossa definição de seus elementos lógicos constituintes, ou nossas impressões senso-motoras. “A experiência nos ensina que há chuva quando o barômetro cai, mas nos ensina também que há chuva quando temos certas sensações de molhado e frio, ou tais e quais impressões visuais”, (IF, 354). Wittgenstein bate repetidamente na tecla de que não se trata de decidir entre sintoma e critério, já que todo sintoma há de ter sido previamente definido por um critério lingüístico. Assim, mesmo quando estamos percebendo a chuva através da umidade, do frio, das gotas, antes de qualquer coisa já entramos na posse de critérios definitórios para estes elementos. Mas não se trata apenas de que toda experiência é definida por um critério lingüístico; ocorre ainda que nenhuma experiência é absoluta e absolutamente genérica, isolável de todas as demais. Critérios se derivam conseqüentemente também de coisas tais como familiaridade (IF, p. 203), ou semelhanças de família (“family resemblances”) (IF, 67). Mormente, e de forma lapidar, “Um ‘processo interno’ depende de critérios externos.” (IF, 580).

Ao aprender uma língua a pessoa não aprende o que é que credencia a palavra “saudade” a representar sentimentos de saudade. O aprendizado é no sentido de como usar esta palavra, em que circunstâncias. Por outro lado, estas circunstâncias não são tampouco explicitadas durante a aprendizagem. Numa situação A a pessoa compreende que não cabe dizer: “Tenho saudades” Por que? Porque saudades não se aplicam ao caso; “Tenho saudades de comida” não, “Estou com fome” O significado da expressão é inextricável de sua asserção (Z, 114-117). Nas IF, significado e uso fundem-se completamente (IF. 30, 43, 138).

Por razões heurísticas os lingüistas e filósofos amputaram a gramática de seu contexto de uso. Era mais fácil estudar a língua assim, abstraída das situações de uso. O lingüista começa a escrever sua gramática pressupondo o seguinte intróito implícito: “Suponha-se que seja possível encontrar uma sentença flutuando no espaço isoladamente. Então procedemos à sua análise como se segue.” Acontece, no entanto, que o intróito implícito tornou-se esquecido e leitores e autores de gramáticas passaram a acreditar que uma língua é um conjunto de sentenças soltas num espaço isento de gravidade, isto é, não relacionadas a nenhum falante.

A gramática medieval, todavia, era uma gramática da fala (*oratio*) e não distinguia fala de língua. Do século XVI — em que as gramáticas humanistas predominam — à emergência da gramática de Port-Royal, no século XVIII, é superada a concepção de que a gramá-

tica é um fenômeno particular do latim, e parte-se em busca de uma gramática universal. Com isto, a língua torna-se progressivamente isolada de seus usuários, concebida como um substrato daquilo que se observa no ato de fala. Finalmente, a trajetória acaba invertida e não se vai mais da fala ou do discurso para a gramática, mas é do substrato gramatical que se pressupõe emergja o discurso humano. Ganha-se em universalidade às custas do encurtamento do âmbito de observação.

A língua entrevista como estrutura lógica soberana é uma realização do Iluminismo que se espalhou incontidamente, dominando de ponta a ponta a lingüística contemporânea e impedindo os olhos de verem a língua como uso, ofuscando-os. É como se o ato de andar passasse a ser estudado independentemente do homem, as pernas independentemente do corpo, numa ciência da locomoção ou pernística. Depois de se haver criado um sistema explicativo para a locomoção, apareceriam indagações tais como “Mas a pernística não explica o itinerário dos andarilhos. ” “Diferentes pessoas andam de formas diferentes, não seria relevante incluir este fato na teoria pernística?” etc. Até que chegasse um Wittgenstein para virar a pernística de cabeça para baixo e dizer, “Gente, o que há são pessoas que andam, e não o andar pura e simplesmente, por abstração dos andarilhos.”

A que nível de emprego da língua refere-se Wittgenstein em sua noção de uso? Obviamente, não se trata do uso proposicional do TLF, a justaposição dos elementos constituintes da sentença. Às vezes parece que é algo semelhante à “força ilocucionária” dos filósofos da linguagem da teoria dos atos de fala, como Austin (1974) e Searle (1969), isto é, o fato de a sentença ser uma declaração, uma indagação, etc. Em IF (23), Wittgenstein indaga: “Mas quantos tipos de sentença existem? Digamos, asserção, indagação e comando? — Há inumeráveis tipos.” Cada um desses tipos é um jogo de linguagem e ele prossegue enumerando alguns: “Dar ordens e obedecer-lhes. Descrever a aparência de um objeto ou dar suas medidas. Construir um objeto a partir de uma descrição (um desenho). Relatar um evento. Especular a respeito de um evento. Formular e testar uma hipótese. Apresentar os resultados de um experimento em tábuas ou diagramas. Inventar uma história ou lê-la. Representar teatralmente. Cantar canções. Adivinhar charadas. Fazer uma anedota ou contá-la. Resolver um problema em aritmética. Traduzir de uma língua para outra. Perguntar. Agradecer. Amaldiçoar. Saudar. Rezar.” (IF, 23) Aqui encontram-se alinhados diferentes níveis de uso da língua. “Perguntar”, “Agradecer”, “Amaldiçoar”, “Saudar”, “Dar ordens” e “Descrever” são naturalmente atos de fala dotados de um conteúdo proposicional e de uma força ilocucionária. A título de ilustração, tomemos a frase ‘A bica está pingando.’ Do ponto de vista de seu conteúdo proposi-

cional ela representa o fato de que a bica está pingando; sua força ilocucionária indica ser ela uma declaração, mas dada uma certa situação familiar ela poderá ter a força ilocucionária de um comando, significando “Vá fechar a bica que está pingando.” “Relatar”, “Especular” e “Rezar” são gêneros de fala. (6) Atos de fala (speech acts) são um tipo de gênero de fala dotado de conteúdo proposicional e força ilocucionária, subdividindo-se em representacionais (exs.: “Eu deduzo,” “Eu concluo”), direcionais (exs.: “Traga-me. .,” “Passe-me o sal”), comissivos (exs.: “Prometo não fazer mais isso”), expressivos (exs.: “Agradeço-lhe pelo. .,” “Congratulo-o por ”), declarativos (ex.: “Faz um belo dia de sol”), na classificação proposta por Searle (1975). Atos de fala são uma classe de gênero de fala que ocorre geralmente no jogo do diálogo. Outros tipos de gênero por exemplo são sermões que ocorrem no jogo da pregação, narrativas que ocorrem no jogo do relato, etc. Confunde-se comumente a forma do gênero, — a narrativa, o poema, a anedota, a charada, a oração, a canção, — com o ato de usar o gênero que batizei de jogo de fala (cf. Maranhão, s.d.), já que o locutor poderá aplicar diferentes jogos de fala a um mesmo gênero, como ler uma narrativa ao invés de relatá-la, ou rezar um poema ao invés de declamá-lo. A rigor o que acontece é que não se distingue o gênero ou forma do ato ou jogo e Wittgenstein não escapou à regra.

O uso a que Wittgenstein se refere no emprego da língua é algo que ocorre na esfera de significação geralmente discutida sob o rótulo de asserção, diferente portanto do emprego proposicional e da força ilocucionária. Wittgenstein rejeita a sugestão de Frege de que toda sentença contém a asserção de seu conteúdo proposicional (IF, 22). Segundo a hipótese de Frege, ao indagar “Está chovendo?” o locutor faz a asserção “Está chovendo.” Dentro da filosofia da linguagem contemporânea, diríamos que cada ato de fala se subdivide em (1) conteúdo proposicional, (2) asserção do conteúdo proposicional (a esfera, por exemplo, da pressuposição), e (3) força ilocucionária. Habermas adota esta tricotomia e usa a palavra “menção” ao invés de “asserção” para este nível de uso da língua (1979: 36). Em sentenças não assertivas, isto é, que não afirmam o que dizem como as declarações, por exemplo, o conteúdo proposicional é mencionado e não afirmado. Em “Aceita um copo de vinho?” por exemplo o conteúdo proposicional é (S (LN Você) (LV (V aceita) (LN um copo de vinho))) onde “S” significa “sentença” “LN”, “locução nominal”, “LV” “locução verbal” e “V” “verbo”); o elemento asserção, conforme Frege, ou a menção, conforme Habermas é “um copo de vinho” algo me

---

(6) — Cf. Maranhão, s.d. onde apresento em maior detalhe a distinção entre ato de fala, gênero de fala e jogo de fala.

cionado, mas não afirmado, diferente, portanto, de “Eis aqui um copo de vinho!” Finalmente, o ato de fala representado pela enunciação desta sentença tem a força ilocucionária de uma indagação-oferecimento, ou, para usar a classificação de Searle apresentada acima, trata-se de um expressivo.

Wittgenstein explica por que rejeita a hipótese fregeana em IF (87), mostrando que a precisão da explicação não se deve necessariamente à precisão da forma constitutiva da linguagem. A afirmação “Ele tem cinco dedos na mão esquerda” não se explica apenas pelos elementos constitutivos da sentença que levam à condensação de seu conteúdo proposicional, mas também e principalmente a fatos tais como ele tem seis dedos na mão direita, ou cinco na mão esquerda e não quatro e portanto não pode ser o ladrão que estamos procurando, fatos estes não representados na sentença. Isto, no entanto, revela que a asserção pressuposta não depende apenas do conteúdo proposicional da sentença, e não que tal função assertiva não existe. O ponto aonde quero chegar é o seguinte: atos, gêneros e jogos encontram-se engavetados no aforisma 23 das IF sob a bruma do ataque à asserção, mas teorizando ainda sobre aquilo que Frege chamava de asserção. É curioso que Wittgenstein afirme que não existe esta asserção mencionada ou pressuposta (IF, 22) e em seguida escreva 600 aforismas ilustrando-a. Obviamente, a teoria dos atos ilocucionais ainda não havia sido extricada da questão sentido *versus* referência e nem a lingüística tinha qualquer coisa a dizer sobre o assunto. Evidentemente, o caráter desta asserção suavizada ou menção não depende imediatamente do conteúdo proposicional. A gramática gerativa nos ensina que certos elementos da estrutura profunda da frase nunca chegam a emergir até a forma de superfície. Sujeitos, agentes, conectivos, etc. em muitos casos permanecem depositados no fundo do mar da gramática, o que torna necessário um mergulho em profundidade para resgatar estes elementos de embasamento da menção na estrutura de superfície da frase. Ocorre, todavia, que profundidade aqui não diz respeito apenas às estruturas profundas ou à gramática da língua, mas também e principalmente ao contexto. Isto Wittgenstein percebeu e incorporou à sua teoria do significado.

Há aqui dois níveis de reacomodações. No primeiro deles, Wittgenstein destrói a redução do significado a referência e sentido. Ele mostra que a parte mais importante da significação lingüística ocorre nesta área da menção que será indicada vagamente como “jogos de linguagem” Num segundo nível, como não distingue o uso ao nível da fala do uso ao nível dos jogos em sua linguagem, engaveta tudo nesta esfera da menção, ou asserção que não é mais asserção, ou pressuposição que está longe de dizer tudo porque a forma de superfície das sentenças aceita sem cerimônia as contribuições do contexto não

se restringindo apenas às emanções da estrutura profunda, que chama de jogos de linguagem. Apesar da confusão do segundo nível, em ambas as reacomodações o nó górdio da questão está em que a língua não é mais encarada como um sistema de função referencial, mas, sim, como um sistema de função indexante. Não obstante, outras vertentes de estudos sobre a língua, como a lingüística gerativa e transformacional, prosseguiram tomando como líquido e certo que a língua é fundamentalmente referencial. A resistência concentrou-se por exemplo em alguém como Jakobson e apesar de toda expectativa que existe em torno de uma teoria indexante da língua, de uma pragmática do significado, a imaginação dos estudantes da língua continua a centrar-se na referência.

A idéia da língua inteira de uma tribo como um jogo de linguagem (IF, 6) nasce da crítica à concepção da língua como um conjunto de unidades (palavras) com função exclusivamente referencial (IF, 1 e 2). Wittgenstein desenrola o fio de um longo argumento, mostrando que referência é um caso de extensão (IF. 1 a 43). Não existe um mapeamento um a um entre formas de expressão ou convenções lingüísticas e intenções e, portanto, “Tábua!” ou “Passe-me uma tábua!” podem representar uma única intenção da mesma maneira como, lembra Wittgenstein, “Você fará isso” poderá não ser uma profecia, mas apenas uma ordem (IF, 21). Naturalmente, nos exemplos que ele fornece, o que ocorre são casos de espiralamento da força ilocucionária, em que o locutor indaga “Pode me passar o sal?” ao passo que manda “Passe-me o sal!” A luz que ilumina estas distinções no pensamento de Wittgenstein provém da noção de indexicalidade que ele jamais chega a formular explicitamente. Toda língua possui dêiticos como os pronomes (eu, eu, ele), os demonstrativos (este, aquele), os nomes com função referencial (“mesa”) e os nomes com função indexicante (“João”), palavras como “tábua” e coisas tais como a ordem “Tábua!” As línguas naturais são na verdade coleções de graus diferentes de indexação dos meios de expressão em relação a seus usuários.

A classificação de Specht das diferentes instâncias do conceito de jogos de linguagem corrobora o fato que Wittgenstein tateia uma hipótese funcionalista e indexante da língua. De acordo com Specht (1969: 45-7), os jogos são:

1) “atos lingüísticos” ou “performances lingüísticas” como ordenar, requisitar, agradecer, amaldiçoar, saudar, relatar um acontecimento, contar uma história, contar uma anedota, pregar uma mentira, narrar um sonho, etc. (IF. 23, 249 e pp. 184 e 224). Coisas que um filósofo da linguagem de persuasão austiniana chamaria de atos de fala.

2) Neste grupo encontram-se coisas como traduzir, ler, fazer uma história, cumprir uma ordem, etc. (IF, 23). E agora, então, fica mais claro como Specht intui a necessidade de diferenciar entre os atos de fala e os jogos de fala, a distinção entre (1) e (2), embora continue emaranhado na teia wittgensteiniana que atribui ao mesmo nível atos como agradecer (tipicamente um ato de fala) e narrar uma história (um jogo de fala). Note-se aliás como Specht chama os atos do grupo (1) de “performances lingüísticas”

3) A este grupo pertencem aquelas atividades “em que a fala e o uso da língua recuam consideravelmente para o segundo plano, embora a atitude seja inquestionavelmente vinculada à língua: construir um objeto a partir de uma descrição, entregar-se a especulações, formular e testar uma hipótese, apresentar os resultados de um experimento em tábuas e diagramas, fazer predições.” (IF, 23, 63) (Specht, 1969: 46)

4) Finalmente, os jogos de linguagem que constituem o sistema referencial da língua: “a totalidade dos signos e regras em que consiste o sistema parcial de uma língua relativamente independente.” (Id.: *ibid.*).

Como hipótese de uma indexicalidade funcional da língua, podemos reordenar a classificação de Specht para os jogos de linguagem de modo a obtermos (a) uma função semântico-referencial correspondente ao grupo (4), (b) uma função performativa ou força ilocucionária correspondente ao grupo (1), (c) os jogos de fala praticados no emprego dos gêneros correspondente ao grupo (2), e (d) as ideologias mais ou menos ilustradas pelos exemplos do grupo (3).

A pragmática de Wittgenstein deriva-se de suas elocubrações sobre “jogos de linguagem” e “semelhanças de família” Trata-se de uma pragmática muito especial que elimina qualquer fixidez, quer da língua, quer de seus usuários. Os jogos de linguagem estabelecem as categorias de significação (IF, 7) e portanto a língua torna-se impensável como uma rede autônoma de signos. Wittgenstein adverte-nos dizendo que o que ele quer é estabelecer uma ordem no uso da língua: “uma ordem com um fim particular em vista; uma dentre muitas ordens possíveis; não *a* ordem.” (IF, 132) O que liga todos os jogos de linguagem são as semelhanças de família (IF, 65 a 67). A língua possui um conjunto de ferramentas, e seus usuários, uma série de maneiras de usá-las (IF, 23). A língua é o produto deste jogo entre as ferramentas, as técnicas de uso e, cabe acrescentar, as diferentes posições ocupadas por seus usuários em campos espaço-temporais. Torna-se conseqüentemente insustentável pensar-se a língua como um sistema semântico-referencial autônomo cujas extensões são projetadas a partir de seu caráter pressupositivo básico. Wittgenstein

escreve taxativo que “em filosofia freqüentemente *comparamos* o uso de palavras a jogos e cálculos com regras fixas, mas não podemos dizer de alguém que está usando a língua que deve estar jogando tal jogo.” (IF, 81) Sob sua pena, a língua sofre um processo completo de desreificação amplamente ignorado pela lingüística estruturalista e também rejeitado por Chomsky e seus seguidores.

A teoria do significado que começa a se esboçar nas WL, no RLF e nos BBB e que culmina nas IF é em ampla medida uma reação contra quatro abordagens epistemológicas da semântica: o solipsismo, o idealismo, o realismo e o nominalismo. Com exceção do nominalismo, o TLF apresenta herança das outras três. Não é meu propósito aqui desenrolar o novelo da epistemologia wittgensteiniana, mas creio que um breve contraste entre sua teoria do significado em IF e estes quatro filões epistemológicos injetará luz sobre alguns pontos.

O solipsismo é naturalmente um dos alvos principais das IF e uma boa parte do argumento ali desenvolvido constrói-se sobre a desmontagem sistemática do solipsismo. Em síntese, para o solipsista, o significado só existe na reclusão do sujeito. É tão difícil para as outras mentes experimentarem o que se passa na minha como para os outros corpos sentirem o que sinto no meu. O idealismo, num sentido, opõe-se ao solipsismo e ao realismo. O filósofo idealista nega a existência de objetos concretos expostos igualmente às experiências de diferentes sujeitos, mas defende a existência de entidades espirituais comuns a todos os sujeitos, no que se avizinha da metafísica e do intersubjetivismo. O realismo transforma os objetos em coisas absolutas permanentes em relação às expressões que os vão designar, semelhantemente ao nominalismo, que, no entanto, coloca ênfase nas expressões. Opõe-se frontalmente ao solipsismo e ao idealismo, embora conforme Hacker mostra, em suas formas extremas assemelhe-se ao solipsismo, como ocorreu com o jovem Wittgenstein no TLF onde o isolamento reificante do objeto acabou associando-o irremediavelmente à experiência privada do sujeito (1972: 801). Enquanto o solipsista indaga “Como pode outra pessoa ter a experiência que eu tenho?” o realista responde que o que existe é exatamente aquilo que ambos experimentam concretamente.

Reagindo contra Frege e Russell no TLF, Wittgenstein afastou o nominalismo desde o início, rejeitando, por exemplo, a separação fregeana entre os substantivos e suas funções. Para o nominalista, as palavras são nomes de objetos e portanto o significado é consequência da análise componencial dos substantivos em seus *denotata* e *significata*. O equívoco dos nominalistas aparece já na própria estrutura da língua, pois nem todas as palavras são substantivos. Entre os próprios substantivos há que distinguir entre os próprios e os comuns que designam classes diferentes de coisas. Não cabe referir-se aos



Josés como à classe das mesas. O caso extremo do caráter antinomialista da língua ocorre com os dêiticos e com os pronomes. Estas duas categorias de palavras são totalmente refratárias à referência pura e isolada, como pode atestar a bizarria dos exemplos “O nome deste objeto é *este*” ou “Comprei vários *aqueles*”

Em suma, os significados são objetivos mas não existem concretamente no mundo como hão de pensar os realistas e até certo ponto o autor do TLF. Por outro lado, não são entidades partilhadas por todos os locutores de uma língua pura e simplesmente, caso contrário não haveria necessidade de se falar. E não se reduzem às expressões que os cifram porque para início de conversa o que significa é a forma lógica e não a expressão em si mesma. Finalmente, o significado não é propriedade privada de nenhum sujeito. O quinto vértice desta epistemologia pentagonal indica que o significado se estabelece por relação a quem fala e com quem fala. O significado não se reduz a nenhum dos quatro pontos iniciais, embora os contenha, mas determina-se em última análise pela indexação.

No TLF a língua era o retrato do mundo ao mesmo tempo em que era parte do mundo, a língua era uma forma de vida. O que elucida a língua assim concebida é a análise, as tábuas de função verdade, a decomposição da proposição em seus fatores primordiais. A teleologia das IF está nos jogos e não mais na análise, mas estes, tanto quanto a língua ou a análise, fazem parte do mundo; a rigor, o estofo do mundo são os jogos de linguagem que jogamos. Entretanto, enquanto a análise vale por si só, justifica-se na sua própria prática, os jogos de linguagem dependem de quem fala com quem, quando, o quê, onde, etc. A língua agora é uma coleção destas variáveis, é um novo jogo de linguagem e assim por diante.

A meu ver, a ponte entre o TLF e as IF encontra-se na distinção entre mostrar (*Zeigen*, “to show”) e dizer (*Sagen*, “to say”). As proposições mostram o que dizem ao passo que as contradições e tautologias mostram que não dizem nada (TLF, 4.461). O exemplo de Wittgenstein para proposições absurdas é “O bom é mais ou menos idêntico do que o belo?” Uma proposição fica absurda quando tenta dizer o que só pode ser mostrado. A distinção entre dizer e mostrar é então elaborada entre os parágrafos 4.12 e 4.2. Além das proposições absurdas, temos as proposições vazias de sentido como “Xytp vog wrhm.” Essencial e relevante é o que só pode ser mostrado; o que é dizível é não raro tautológico e, o que é mais grave, grande parte das coisas ditas é em geral absurda. O TLF está repleto de proposições absurdas como seu próprio autor admite, mas isto não chega a ser um problema, já que o ato de emitir uma proposição absurda pode tornar-se revelador se se estiver pronto para aplicar a análise da crítica filosófica e perceber a proposição como tal. Nas IF, nova-

mente o dizer e o mostrar dominam a cena como indicam o aforisma 464 e os cem outros que se lhe seguem.

Tudo o que dizemos está contido nas línguas que falamos? Em caso de resposta afirmativa, de que maneira? O TLF pode ser encarado como uma resposta a estas indagações. A resposta é “sim” mas também tentamos escapular aos limites da língua fazendo metafísica. O antídoto desta ousadia inconveniente está na análise filosófica, capaz de nos restituir à realidade lingüística e à realidade do mundo. A filosofia, no entanto, é apenas uma prática e não se reduz à língua. Ela não possui postulados ou proposições. Conseqüentemente, se por um lado escoimamos a língua de todo o lixo metafísico, por outro lado saímos fora dela na praxe da filosofia, mas usando-a para este fim.

Mas por que falamos se nossas línguas contêm os limites das possibilidades de dizer e se todos dominamos estas línguas equivalentemente? Não seria o caso de que as comunicações entre os homens se restringissem a um intercâmbio daquelas partes da gramática e do vocabulário desconhecidas por alguns dentre nós? Eu sei o que quer dizer “plebiscito” e então ensino isto a você; você sabe que se pode expressar duração ou extensão de um evento ou objeto prolongando-se a emissão da vogal na sílaba tônica e então me ensina isto. A língua não é usada, claramente, para significar o que significa. Se fôsse assim não teria graça. Ela é usada para significar algo mais. Tanto assim que às vezes revela-se inadequada e o algo mais só pode ser mostrado. Mas até estas coisas estranhas que são mostradas já são conhecidas de alguma maneira, pois não as mostramos exibindo o que significam. Em outras palavras, não nos comunicamos uns com os outros como dicionários. Como decorrência, mesmo quando estamos comunicando o algo mais lançamos mão de processos análogos àqueles empregados na comunicação do trivial simples em proposições. E portanto não há por que supor que o mostrar caminha por atalhos diferentes dos caminhos usados pelo dizer.

Mas como é que nos tornamos conscientes daquilo que estamos fazendo ao usar os processos lingüísticos quer para dizer, quer para mostrar? Bem, isto são jogos. Esta pergunta que acabo de formular é um jogo. Não cabe fazer listas de jogos porque o ato de fazer a lista é um jogo que não vai de qualquer forma entrar na lista. Mas não se trata de um ato totalmente arbitrário, pois mantém traços ou semelhanças de família com outros jogos. E, naturalmente, seria absurdo dizer que todos os jogos estão já dados.

Quer dizer então que usar uma língua é engendrar jogos mais ou menos óbvios para um interlocutor? Eu uso o jogo A e você reage: “Elementar, meu caro TM,” jogo B. Eu fico procurando localizar a família a que este jogo pertence para dar-lhe sentido, jogo C. Esta seria com certeza uma figuração esdrúxula das comunicações

humanas. Se ela fosse verdadeira, a comunicação seria uma dança de duas redes, uma de locutores e interlocutores, outra de jogos cujas malhas movem-se para combinar-se. As malhas na contextura da rede dos jogos não podem intercambiar posições muito livremente, pois afinal de contas foram tecidas daquela maneira, naquela ordem, dentro daquelas famílias. No entanto, há uma flexibilidade tão grande no encontro entre as malhas de ambas as redes! Que tal examinarmos a contextura da rede de locutores e interlocutores? Como será o entendimento na comunicação de um médico que usa conversa de padre com seu paciente, uma filha que usa conversa de mãe com sua mãe? A rede dos sujeitos parece bastante fixa. A diferença é que ela possui um status completamente diferente e não cabe comparar a rede dos jogos com a rede dos homens. Estes, na realidade, são pescadores que usam aquela rede.

Tomemos o setor pronomes da rede dos jogos. A malha equivalente a “eu” exige que esta palavra seja usada para referir quem fala; a malha para “você” com quem se fala, e assim por diante. Os pronomes pessoais, os demonstrativos, tempos verbais, etc. são sem sombra de dúvida casos de indexação em que os jogos submetem-se às qualificações espaço-temporais das pessoas e eventos envolvidos na comunicação. Mas vamos examinar logo um caso extremo como os nomes, por exemplo. Os substantivos próprios são indexantes e portanto partilham o caso com os dêiticos. Mas e os comuns? A rotulação semântico-referencial existe em listas, dicionários, na aprendizagem da língua pela criança e de uma segunda língua, mas não é apatnágio dos substantivos comuns, pois os dêiticos também referem e rotulam. Será que os substantivos comuns não possuem qualquer função indexante? Bem, enquanto classe de palavras, eles não são nada na comunicação. Só começam a ter sentido quando entram na composição de locuções, proposições e estas, por sua vez, só passam a ter sentido quando enunciadas em atos de fala. Um primeiro patamar de auto-suficiência lingüística é alcançado com os atos de fala, uma vez que na hierarquia lingüística, dos fonemas ao texto do discurso, este é o primeiro nível em que ocorre realmente significação através da unidade entre a sentença e a enunciação. Concebida *in abstracto*, uma palavra não significa nada. Ela precisa ser enunciada por alguém, ou ocorrer em algum contexto para significar. E por ser assim ela é indexante, isto é, significa pela relação estabelecida com algum usuário. Um texto anônimo e de época indeterminada significará exatamente em relação aos fatos de ser anônimo e de período indeterminado. Os atos de fala, performativos por excelência, conforme Austin (1975) e com a tradição de estudos por ele criada em filosofia da linguagem, são ostensivamente indexantes, pois o requisito do entendimento no diálogo através de atos de fala é saber quem indagou, quem afirmou, quem conjecturou.

Além dos atos de fala, existem outras coisas equivalentes como o narrar uma história ou o contar uma piada e estas coisas todas juntas, — narrar, rezar, dialogar, etc., — constituem jogos de fala, um novo nível de indexação. Há lugares no mundo onde se contam mais piadas, outros em que se fala através de charadas, outros em que existe uma língua especial para o homem falar quando em presença de sua sogra, e pode até haver algum lugar onde não exista o jogo do diálogo, ou o jogo do cantar. A condensação dos jogos num determinado lugar não é necessariamente exclusiva daquelas paragens, não é fixa e nem limitada, pois quem pode garantir que os habitantes daquela comunidade no seu dia-a-dia não vão praticar jogos ausentes de qualquer lista temerariamente elaborada na véspera? Não obstante, habituamo-nos a supor que os habitantes de Pasárgada usam tais e tais jogos diferentes dos nossos e que são assim e assado. Este ocioso exercício de estereotipação a que nos entregamos não é todavia o que confere a qualidade indexante aos jogos de fala, mas, sim, a prática efetiva destes jogos.

A língua é uma ferramenta que usamos nos jogos de fala assim como as pernas são instrumentos de que nos valem para locomover-nos. Colocar a semântica referencial como a matriz geradora da língua é algo tão absurdo como supor que o homem se comunica verbalmente apenas porque é dotado de um órgão musculoso chamado língua, ou que, já que tinha pernas, passou a caminhar. O autor das IF criticou severamente o autor do TLF como se este tivesse incorrido nestas ingênuas suposições (IF, 23, 114 e no prefácio), mas obviamente o autor do TLF não foi tão tolo, pois escreveu:

“Uma proposição deve comunicar novo sentido com velhas expressões.

A proposição nos comunica uma situação, de sorte que deve estar *essencialmente* vinculada a ela,

E a vinculação consiste precisamente em que ela é sua figuração lógica.” (TLF 4.03)

“Figuração lógica” no TLF era a natureza da cola que liga palavra e objeto, isto é, a natureza da referência semântica. Ora, vimos que referência semântica outra coisa não é senão uma subfunção indexante. Nas IF, o quadro das funções indexantes é ampliado, a hierarquia da língua é estendida, — não mais referência ou proposições apenas, mas atos de fala e inúmeros outros jogos de linguagem, embora sejam apresentados confusamente, embaralhados como no aforisma 23.

Harvard University

## BIBLIOGRAFIA

Trabalhos de Wittgenstein citados (aparecem em ordem cronológica):

- N — *Notebooks 1914-16*, ed. por G.H. von Wright e G.E.M. Anscombe, trad. de G.E.M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1961.
- TLF — *Tractatus Logico-Philosophicus*, trad. de D.F. Pears e B.F. McGuinness. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1961. Traduzido para o português por José Arthur Giannotti, São Paulo: Editora Nacional, 1968.
- RLF — “Some Remarks on Logical Form”, *Proceedings of the Aristotelian Society*, supplement vol IX, 1929.
- WWK — *Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis*, anotações tomadas por F. Waismann e editadas por B. F. McGuinness, Oxford: Blackwell, 1967.
- PB — *Philosophische Bemerkungen*, editado por R. Rhees, Oxford: Blackwell, 1964.
- WL — “Wittgenstein’s Lectures in 1930-33” in G. E. Moore, *Philosophical Papers*, London: Allen and Unwin, 1959.
- BBB — *The Blue and Brown Books*, Oxford: Blackwell, 1958.
- IF — *Philosophical Investigations*, editadas por G.E.M. Anscombe e R. Rhees e traduzidas por G. E. M. Anscombe, New York. MacMillan, 1968.
- Z — *Zettel*, editado por G. E. M. Anscombe e G. H. von Wright e traduzido por G. E. M. Anscombe, Berkeley: University of California Press, 1970.
- OC — *On Certainty*, editado por G.E.M. Anscombe e G.H. von Wright e traduzido por Denis Paul e G.E.M. Anscombe, New York: Harper Torchbooks, 1972.

Outras obras citadas:

- AUSTIN, JOHN L. — *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- FREGE, GOTTLÖB — *The Foundations of Arithmetic*. Tradução de John L. Austin. Oxford: Blackwell, 1974; *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, editadas e traduzidas por Peter Geach e Max Black. Oxford: Blackwell, 1970.
- HABERMAS, JÜRGEN — *Communication and the Evolution of Society*. Boston: Beacon Press, 1979.
- HACKER, P. M. S. — *Insight and Illusion*, Oxford at the University Press, 1972.
- JAKOBSON, ROMAN — “Shifters, Verbal Categories, and the Russian Verb”. Cambridge, Mass.: Harvard University Russian Language Project, 1951.
- JANIK, ALLAN e STEPHEN TOULMIN — *Wittgenstein’s Vienna*. New York: Simon and Schuster, 1973.
- MARANHÃO, TULLIO P — *The Pragmatics of Speech Acts in Conflict, Consensus and Understanding*. Ph. D. dissertation, Department of Anthropology, Harvard University, Cambridge, Mass., s.d., 1981.

- MERQUIOR, JOSÉ GUILHERME — *O fantasma romântico e outros ensaios*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- SEARLE, JOHN R. — *Speech Acts*. Cambridge University Press, 1969; “The Classification Illocutionary Acts” in *Language in Society*, 5:1, 1-24, 1975.
- SILVERSTEIN, MICHAEL — “Shifters, Linguistic Categories, and Cultural Description” In *Meaning in Anthropology*, ed. por Keith H. Basso e Henry A. Selby. Albuquerque: University of New Mexico Press, 11-56, 1976.
- SPECHT, E. K. — *The Foundations of Wittgenstein's Late Philosophy*, traduzido por D. E. Walford. Manchester University Press, 1969.
- WISDOM, J. — *Philosophy and Psychoanalysis*. Oxford University Press. 1957.